

“APRENDI COM MEUS PAIS E PRATICO ATÉ QUANDO MORRER”: ITINERÁRIOS DA PATRIMONIALIZAÇÃO DOS TESOUROS HUMANOS VIVOS EM TERRITÓRIOS QUILOMBOLAS (LARANJEIRAS/SE)

Clovis Carvalho Britto

clovisbritto5@hotmail.com

Paulo Brito do Prado

paulobritogo@yahoo.com.br

O artigo investiga aspectos da patrimonialização dos “guardiões da memória” quilombola em Laranjeiras-SE a partir do estudo das transformações nas definições de patrimônio cultural brasileiro e sua expansão conceitual, contemporaneamente entendida e percebida como o resultado do cruzamento de elementos constituintes da cultura material e imaterial sob uma perspectiva multicultural. Nesse sentido, tendo como estudo de caso a Lei dos Mestres de Laranjeiras/SE e os mestres selecionados na Mussuca, território remanescente quilombola, analisa possíveis rotas transatlânticas de circulação de saberes, práticas e estratégias reconhecendo os projetos, as tensões e os paradoxos dessa ampliação da categoria patrimônio.

Palavras-chave: Patrimônio, Tesouros Vivos, Territórios Quilombolas.

“Aprendi com meus pais e pratico até quando morrer”

Maria Nadir dos Santos (Mestre Nadir da Mussuca)

Ficha de Inscrição Lei dos Mestres – Edital 2011

Dentre as políticas culturais de proteção e promoção da diversidade cultural empreendidas pela UNESCO destacamos o programa Tesouros Humanos Vivos, aprovado em 1993 com base na experiência japonesa no pós-guerra. No Japão essa política é oriunda da década de 1950 (Tesouros Nacionais Vivos), seguida pela República da Coreia (1964). De forma similar, as Filipinas (1974) e a Tailândia (1985) criaram uma categoria específica para o reconhecimento dos artistas nacionais, do mesmo modo que a Romênia (Sistema Regional de Tesouros Humanos Vivos) e a França (Projeto Maestros das Artes). Esses projetos objetivam salvaguardar e promover os agentes detentores de conhecimentos tradicionais, incentivando a transmissão dos saberes e a proteção das referências culturais imateriais.

De acordo com Judite Primo (2011), o Manual para a Salvaguarda dos Tesouros Humanos Vivos (UNESCO) destaca a necessidade de políticas visando identificar e proteger os detentores de saberes, dando-lhes um reconhecimento oficial. O documento reconhece os tesouros como “pessoas que encarnam, ao máximo, as destrezas e técnicas necessárias para a manifestação de certos aspectos da vida cultural de um povo e a manutenção do patrimônio cultural material”. Torna-se um mecanismo de recompensar determinados agentes considerados significativos em um grupo social por portarem e transmitirem saberes e técnicas representativas da identidade e da memória:

A Unesco chama a atenção para os critérios que os Países devem ter em conta quando

decidem criar um sistema de Tesouros Humanos vivos, a saber: o valor do patrimônio cultural intangível, sua testemunhalidade, suas características e o perigo de desaparecimento. Elevar um indivíduo a categoria de Patrimônio Humano Vivo, pressupõe a criação de um comissão interdisciplinar de especialistas que precisarão ter em conta ‘o grau da destreza que possui, sua dedicação a actividade em questão, sua capacidade de contribuir para o desenvolvimento da modalidade cultural que pratica, sua capacidade para transmitir as ditas técnicas ou destrezas aos aprendizes’ (UNESCO. Sistema de Tesouros Humanos Vivos) (PRIMO, 2011, p. 42).

A UNESCO, amparada na retórica da perda, reconheceu a necessidade de proteção dos mestres de variados ofícios assegurando a transmissão de suas referências, a partir do fomento a consolidação do pluralismo cultural, da perpetuação da diversidade e de um desenvolvimento humano durável pautado na preservação das culturas tradicionais e populares, fontes inspiradoras da criatividade contemporânea que, por sua imaterialidade se tornariam mais vulneráveis (ABREU, 2009). Uma das principais experiências nesse aspecto consiste no Programa “Mestres da Arte”, implantado na França, que valoriza os agentes portadores de competências e técnicas necessárias para o desenvolvimento de distintos aspectos da vida cultural francesa e para a perenidade de suas práticas patrimoniais. Ação reconhecida pelo Ministério da Cultura Francês que confere a cada artesão o reconhecimento simbólico de mestre de arte (detentor de um saber específico e raro) e financeiro atrelado à transmissão do saber para novas gerações. Seriam mediadores entre o passado e o presente, lugares de memória marcados pela herança de antigas matrizes culturais e pela criação de novas técnicas e obras de arte (ABREU, 2009).

Embora esse sistema tenha sido adaptado por diversos países, ainda não existe um programa similar em âmbito federal no Brasil. O que mais se aproxima consiste no Programa Nacional de Patrimônio Imaterial cujos planos de salvaguarda apóiam a transmissão do conhecimento às novas gerações, a promoção do bem cultural, a organização de atividades comunitárias e a valorização dos mestres e executantes. Todavia, nos últimos anos essa experiência tem sido incluída em diversas políticas estaduais e municipais de cultura voltadas para a patrimonialização de pessoas detentoras de saberes e fazeres reconhecidos como fundadores da memória e da identidade de determinados grupos e comunidades, especialmente valorizando as comunidades tradicionais e as culturas populares.

Em âmbito estadual, destacamos o Registro do Patrimônio Vivo do Estado de Pernambuco (2002), dos Mestres das Artes de Minas Gerais (2002), dos Mestres da Cultura Tradicional Popular do Estado do Ceará/Tesouro Vivo (2003), dos Mestres dos Saberes e Fazeres do Estado da Bahia (2003), do Patrimônio Vivo do Estado de Alagoas (2004), dos Mestres das Artes e Ofícios de Santa Catarina (2004) e dos Mestres das Artes da Paraíba (2004). Do mesmo modo, inúmeras são as políticas de registro e promoção do patrimônio imaterial e valorização dos mestres da cultura em

âmbito municipal.

Como estudo de caso, visualizaremos o Registro dos “Mestres dos Mestres da Cultura” instituído pela Lei n.º 909/2009 no Município de Laranjeiras, em Sergipe. Segundo a legislação, poderão ser registradas pessoas físicas, grupos e coletividades portadoras de saberes e técnicas cuja produção, preservação e transmissão sejam consideradas representativas de elevado grau de maestria no campo cultural laranjeirense. O reconhecimento da condição “Mestres dos Mestres” depende do cumprimento de alguns requisitos que perpassam pela comprovação e pela relevância do saber ou do fazer; pelo reconhecimento público; a efetiva transmissão; além de possuírem residência, domicílio e atuação no Município há pelo menos vinte anos.

Paralela à diplomação solene, os beneficiários têm direito de preferência na tramitação de projetos submetidos aos certames públicos da cultura municipal em sua área de atuação e os que comprovarem situação de carência econômica fazem jus a auxílio financeiro mensal no valor não inferior a dois salários mínimos. De acordo com a lei, será lançado um edital por ano e as candidaturas serão analisadas por uma comissão especial com *ad referendum* do Conselho Municipal de Cultura baseados em parecer circunstanciado sobre os requisitos exigidos. A quantidade dos reconhecidos como “Mestres dos Mestres” não excederá o número de dez contemplados por ano, até o teto de trinta registros, sendo admitidas novas inscrições nos casos de vacância.

Os objetivos do registro são reconhecer, diplomar, valorizar e premiar os mestres e grupos da cultura popular; propiciar a efetiva transmissão dos conhecimentos tradicionais; identificar, fortalecer e divulgar as manifestações culturais laranjeirenses. O Decreto municipal n.º 138/2010, ao instituir as normas para premiação e reconhecimento dos mestres, explicita que os mestres são as pessoas que se reconheçam ou que são reconhecidas pela comunidade como herdeiras de saberes e fazeres da tradição oral que através da oralidade, da corporeidade e da vivência transmitem e representam a memória viva e afetiva, garantindo a ancestralidade e a identidade do seu povo. A lei também destaca algumas categorias em que se enquadram os saberes e os fazeres: artes populares, cura, ofícios tradicionais, líder religioso de tradição oral, contador de histórias, brincante, poesia popular. Além dos requisitos informados anteriormente, as candidaturas devem ser instruídas com as cópias autenticadas dos documentos pessoais; declaração de personalidade no campo cultural (artistas, professores, jornalistas, pesquisadores, gestores culturais) atestando a importância e recomendando o registro; e materiais complementares, publicações, fotografias ou audiovisual que comprovem sua atuação enquanto detentor das memórias da comunidade.

Até o momento oito mestres de Laranjeiras foram oficialmente reconhecidos: Maria da Conceição de Jesus – Mestre Dona Maria (Samba de Coco da Mussuca); Maria Nadir Santos – Mestre Nadir (Reisado de Nadir da Mussuca); José Ranulfo Paulo dos Santos – Mestre Ranulfo (São Gonçalo da Mussuca); Efigênia Maria da Conceição – Mestre Efigênia (Guerreiro Nova Geração); José

Ronaldo Menezes – Mestre Zé Rolinha (Chegança Almirante Tamandaré e Lambe-Sujo); José Santana dos Santos – Mestre Deca (Cacumbi); José Sales dos Santos – Mestre Sales (São Gonçalo da Mussuca); e Ademar Lima – Mestre Demar (Escultor).

Esse reconhecimento contribui para o que designamos de processo de monumentalização, quando uma pessoa passa a integrar o patrimônio de uma nação ou região, tornando-se homem ou mulher-monumento (ABREU, 1994; DELGADO, 2003). Ou, nas palavras de Jacques Le Goff (2003), um documento-monumento, uma construção repleta de interesses que projeta uma imposição voluntária ou involuntária de futuro: “resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade que o produziram, mas também das épocas sucessivas durante as quais continuou a viver, talvez esquecido, durante as quais continuou a ser manipulado, ainda que pelo silêncio” (p. 537-538). Na verdade, reconhecemos políticas culturais dessa natureza enquanto estratégias de legitimação e produção da crença no campo do patrimônio cultural. Como agenciamentos em prol de sua distinção nas tramas da economia simbólica, de sua monumentalização enquanto uma das figuras centrais na “batalha das memórias” que institui personalidades representativas da cultura, em um mecanismo de arquivamento que aciona a fabricação da “imortalidade”.

Ao serem selecionados como “mestres dos mestres”, esses agentes configuram práticas de olhar para si e de construção identitária, selecionando e incorporando auto-representações e representações elaboradas coletivamente. Nesse aspecto, algo que se sobressai no rol dos mestres laranjeirenses são saberes relacionados aos patrimônios de matriz africana. Desse modo, o agente e a manifestação que é responsável são amalgamados e duplamente reconhecidos como significativos para a memória daquela comunidade, diversificando as referências culturais para além dos patrimônios da elite branca, masculina e européia. Ação impactante no campo cultural local que apesar de possuir o primeiro Museu Afro do país (Museu Afro-Brasileiro de Laranjeiras, criado em 1976), seu discurso ainda remete a uma memória articulada aos objetos de tortura relacionados à escravidão e à dor.

Portanto, as políticas de valorização imaterial apresentam leituras alternativas, tencionando o campo dos museus e patrimônios culturais. No caso de Laranjeiras, embora seja uma política mais inclusiva se comparada às práticas culturais situadas historicamente no Brasil – na medida em que o agente reconhecido se torna metáfora e metonímia da manifestação cultural a que pertence/difunde e possibilita a valorização de memórias distintas oriundas dos conhecimentos tradicionais e grupos populares –, é evidente que como toda política cultural ela continua seletiva, atravessada por jogos de poder. Compreender as relações entre essa classificação e economia simbólica consiste em considerar as estratégias de manipulação da memória dos mestres e dos patrimônios correlatos e os lucros simbólicos e materiais decorrentes dessa manipulação.

Tarefa empreendida em vida pelos integrantes do campo de produção simbólico em busca do estabelecimento de legitimidades manifestas nas formas de prestígio, autoridade e distinção, conforme afirma Pierre Bourdieu (1983). As lutas pela distinção são constantes e torna-se necessário um contínuo processo de reavaliação, reinvenção e reverberação da memória dos agentes a quem se pretende “imortalizar”. O registro se torna um mecanismo que confere legitimidade (e ilegitimidade) a ações empreendidas em nome da prevalência de determinadas leituras sobre o passado (versões concorrentes) e do monopólio do direito de falar sobre o passado (capitais diferenciados). Por outro lado, a própria municipalidade também recebe ganhos simbólicos em torno dessa proposição. O registro dos mestres se torna uma espécie de *griffe*, uma “marca” distintiva identificada com o capital simbolizado através de nomes e renomes e, conseqüentemente, de acordo com a posição ocupada pelo agente no campo cultural.

No caso de Laranjeiras, a patrimonialização dos tesouros vivos também contribuiu para gerar reconhecimento e autonomia identitária, especialmente na valorização de identidades quilombolas. Nesse sentido, metade dos agentes registrados têm suas memórias e práticas vinculadas ao povoado da Mussuca, um dos mais conhecidos redutos da cultura afro-descendente de Sergipe, comunidade oficialmente reconhecida como remanescente quilombola pela Fundação Cultural Palmares, em 2006:

O Povoado Mussuca, situado a aproximadamente sete quilômetros da sede do município de Laranjeiras/SE, e com cerca de dois mil e quinhentos habitantes, teve sua origem no século XVIII, com a chegada de escravizados que fugiam dos maus-tratos dos donos de engenho dos arredores, bem como da cidade de São Cristóvão e outros centros escravizadores. O fato de a localidade ser coberta por manguezais, além de facilitar a apropriação como reduto quilombola, tem aí uma das versões para origem do nome. Segundo depoimentos, o nome vem da palavra mutuca, de origem Tupi (Mbotuka), nome de inseto muito comum em regiões de mangue. Outra versão atribui o nome ao peixe denominado popularmente de mutum ou mussun, de coloração escura, muito escorregadio, de difícil captura. Formada a partir de aproximadamente seis famílias, a comunidade tem na forte relação de parentesco e união comunitária uma de suas características com a qual se identificam e são identificados. O município de Laranjeiras possui um alto índice de afro-descendentes em sua população, 88,8% (IBGE, 1991), fato que o caracteriza como espaço bem representativo dos territórios afrodescendentes sergipanos. É conhecido como ‘Berço da cultura negra sergipana’, fato atribuído à predominância da produção açucareira que possibilitou tornar-se, no século XIX, pólo econômico e sócio-cultural do Estado. (...) Tem a cultura negra predominantemente divulgada na participação dos grupos culturais denominados de folclóricos. Entre estes grupos, com identidade de base africana encontram-se os grupos culturais São Gonçalo e Samba de Parelha do Povoado Mussuca, além da Taieira e Cacumbi da sede de Laranjeiras (LIMA; COOPAT, 2002, p. 2-3).

A patrimonialização dos mestres da Mussuca oficializa a importância de determinados agentes e de determinadas manifestações culturais, contribuindo para a afirmação de memórias

que fortalecem a identidade quilombola. Amplia o repertório que até então reconhecia Laranjeiras como a “Athenas Sergipana”, negligenciando os vínculos com outras culturas e/ou reforçando um discurso etnocêntrico. Assim como o quilombo à época do Brasil Colônia, a patrimonialização hoje se torna uma forma de contraposição cultural e política. Todavia, constitui fruto de negociações e tensões. Nesses termos, o fortalecimento da identidade quilombola contribuiu, por exemplo, para a invisibilização das matrizes culturais indígenas na localidade.

Por outro lado, conforme destaca Wellington Bomfim (2006), as relações de pertencimento que ocorrem na contemporaneidade e a evocação das matrizes africanas pela população da Mussuca e Laranjeiras resultam de um processo de construção de identidade, memórias e narrativas que se intensificaram na década de 1970. Surge a construção de um “berço da cultura negra em Sergipe”, visando atribuir uma potencialidade turística cujas características arquitetônicas remetem a influência dos colonizadores e parte de suas expressões imateriais associadas à cultura afro-brasileira. Projeto consolidado pela política cultural da época que associava turismo e folclore, claramente identificado no surgimento do Encontro Cultural de Laranjeiras e pelo cortejo de manifestações, posteriormente denominado de “mestres dos mestres”. Nesse aspecto, o pesquisador defende que a “folclorização” contribuiu para que muitas manifestações extrapolassem a esfera do religioso, sendo readaptadas em virtude desse novo projeto cultural, ao mesmo tempo em que auxiliou na construção de uma identidade étnica. Seja na evocação de uma continuidade com uma tradição “dos tempos da escravidão”, seja uma alusão conveniente a determinados aspectos desse mesmo passado, os diálogos com o movimento negro, com os pesquisadores e o próprio reconhecimento da identidade quilombola, suas pesquisas destacam como nos últimos anos os agentes promoveram novos arranjos internos e externos em virtude das manifestações culturais ali existentes.

Essa breve trajetória das políticas culturais empreendidas nas últimas décadas na Mussuca pode ser reconhecida como metonímia da maioria dos projetos e tensões em torno das manifestações culturais de matriz africana no Brasil. De uma origem marcadamente religiosa, sendo reelaborada em diferentes momentos pelo movimento folclorista e pelo movimento negro, obtendo o reconhecimento de comunidade remanescente de quilombo até a recente patrimonialização de determinados agentes como “tesouros vivos”, visualizam-se negociações e enfrentamentos em prol do desenvolvimento local e da valorização de uma memória até então não-consagrada nas ações estatais. O conjunto dessas práticas resultou em maior visibilidade das manifestações culturais e investimento das três esferas governamentais.

O título de “mestres dos mestres” aos detentores dos saberes na Mussuca potencializa a relação com a África na medida em que a população já possui um reconhecimento anterior, o de remanescente quilombola. Seria uma dupla marca que distinguiria os agentes, gerando estratégias

de mobilização política e de profissionalização fossilizadas no espaço. Mecanismo que favorece a economia simbólica na “batalha das memórias” em torno da produção da crença nas expressões culturais, em sua diversidade e ancestralidade, retirando as políticas culturais do *status quo*, exigindo readaptações e inovações que acompanhem o caráter plural e dinâmico da cultura.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Regina. “Tesouros Humanos Vivos” ou quando as pessoas transformam-se em patrimônio cultural – notas sobre a experiência francesa de distinção do “Mestres da Arte”. In: ABREU, Regina e CHAGAS, Mário (Org.). Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.

ABREU, Regina. Emblemas da nacionalidade: o culto a Euclides da Cunha. Revista Brasileira de Ciências Sociais, n.º 24, 1994.

BOMFIM, Wellington de Jesus. Identidade, memória e narrativas na dança de São Gonçalo do povoado Mussuca (SE). Dissertação (Mestrado em Antropologia), Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2006.

BOURDIEU, Pierre. Questões de sociologia. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

DELGADO, Andréa Ferreira. A invenção de Cora Coralina na batalha das memórias. Tese (Doutorado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 2003.

LE GOFF, Jacques. História e memória. Campinas: Editora Unicamp, 2003.

LIMA, Maria Batista; COOPAT, Carmem Maria Saenz. Repertórios Culturais e Educação em Territórios de Predominância Afrodescendente Sergipanos. 25ª Reunião Anual da ANPEd, Caxambu-MG, 2002.

PRIMO, Judite. Documentos básicos de museologia: principais conceitos. Cadernos de Sociomuseologia, Universidade Lusófona, n. 41, 2011.

